

SUMÁRIO

1

A TRISTE REALIDADE DA POLITICAGEM BRASILEIRA	35
1.1 A nova feição estrutural do poder pelo poder no cenário eleitoral: Abuso de poder religioso: notas introdutórias	43
1.2 A figura do abuso de poder religioso nas eleições: um olhar conceitual	51

2

ALGUMAS QUESTÕES PROCESSUAIS LEVANTADAS EM DEFESAS ELEITORAIS QUE BUSCAM EVITAR A APURAÇÃO DOS ILÍCITOS ELEITORAIS	73
2.1 Da abertura formal do prazo para manifestação e da ocorrência ou não da revelia e seus efeitos.....	77
2.2 Da Continência e litispendência	86
2.3 Do possível cerceamento do direito de defesa no sentido amplo por não cumprimento de diligência.....	95
2.4 Da possível necessidade de formalização de improbidade administrativa para configuração do ilícito eleitoral ou exclusão de tal responsabilidade	98
2.5 Da intempestividade para apresentação de AIJE.....	104
2.6 Da improcedência de plano quanto a uma parte	116
2.7 Do litisconsórcio passivo em AIJE	117

2.8	Da preliminar de falta de condição de procedibilidade e consequente extinção do processo sem resolução do mérito.....	125
2.9	Da alegação de parcialidade de membro do Ministério Público.....	137
2.10	Quanto à intempestividade da AIJE e a suposta ausência de interesse de agir na alegação de Captação Ilícita de Sufrágio	140
2.11	Quanto à Decadência do Direito de Ação.....	144
2.12	Do reconhecimento parcial de litispendência com relação a um fato repetido em uma mesma ação e não ocorrência dos demais	146
2.13	Da Litispendência e o novo entendimento do TSE	155
2.14	Da conexão e suspeita de parcialidade de representante do Parquet	161
2.15	Da carência de ação por suposta ausência de litisconsórcio passivo necessário em AIME.....	162
2.16	Da possível litispendência de AIJE com relação à AIME (<i>Ver tópico 2.2</i>)	171
2.17	Da não vinculação ao alegado pelas partes quanto à capitulação jurídica	173
2.18	Da estratégia de se utilizar de várias ações para um mesmo fato: irrelevância para o Poder Judiciário	175

3

DO ABUSO DE PODER POLÍTICO E CONDUTAS VEDADAS 187

3.1	Considerações teóricas sobre a temática	187
3.2	Dos fatos e alegações quando da utilização de carros de som de campanha para a transmissão de mensagem pessoal de Chefe do Poder Executivo, apregoando feitos da administração pública estadual, com a intenção de favorecer os candidatos ora investigados.....	207
3.3	Comparecimento do(a) Governador(a) para inauguração e/ou a anúncio de obras públicas semanalmente, inclusive, aliado ao retardamento, ou o anúncio de futuras ações da administração pública estadual, obtendo farta cobertura dos meios de comunicação, bem como fazendo campanha pessoal, aliada ao corpo a corpo com eleitores, em favor dos investigados, utilizando-se, tanto do anúncio como da realização de obras pelo governo do Estado para a promoção dos mesmos.....	210
3.4	Realização de campanha em favor dos investigados através de meios midiáticos, cooptados a partir da utilização dos poderes político e econômico, decorrentes do emprego de verbas públicas pelo (a)	

Governador(a) do Estado do Rio Grande do Norte, bem como teria “reaproveitado” fatos dantes anunciados como se novos fossem.....	213
3.4.1 Superexposição de movimentação de Chefe do Poder Executivo Estadual em campanha municipal, bem como de obras do governo estadual e ainda propaganda em prol dos investigados, como também de forma associada, críticas e veiculação de notícias desabonadoras à candidata adversária e a políticos ligados a ela, através de blogs e jornais impressos, vinculados à corrente política da autoridade	213
3.4.2 Declarações em entrevistas, comícios e outros, dando a entender, segundo os proponentes, que a cidade só continuaria a avançar, ou que o(a) chefe do Executivo e o governo do Estado só faria parceria “com quem é amigo, quem é leal”, assim, sua parceria “é com na Prefeitura”, bem como diversos anúncios de obras realizadas ou a serem realizadas, inaugurações e afins, na cidade a cada fim de semana, com destaques de trechos de entrevistas e discursos, entre eles, “eu preciso dessa prefeita para fazer mais por”, o que, segundo dar-se a entender pela argumentação acusatória, se referia às obras anunciadas durante os dias anteriores.....	221
3.5 Práticas de favorecimento nos comícios e atos públicos com o uso de obras do Estado como assunto de campanha, bem como uso de avião do poder público para deslocar-se aos eventos políticos.....	223
3.5.1 Dos acontecimentos do dia 24 de setembro de 2012, como exemplo das supostas condutas que estariam sendo praticadas durante o período eleitoral, como uso de obras do Governo do Estado para promover a campanha dos ora investigados, bem como uso de recursos e bens públicos (Avião) para tal.....	223
3.5.2 Outros exemplos de abuso do poder econômico, político e midiático, encabeçados pelo(a) governador(a) com o intuito – segundo se afirma – de favorecimento pessoal e desequilíbrio eletivo/político.....	223
3.5.2.1 Utilizações de expressões que buscariam fazer a ligação da campanha política e a propaganda institucional do município.....	224
3.5.2.2 Referência de forma subliminar do número dos investigados em ato de assinatura de licitação para a construção de adutora	226
3.6 Da prática ilícita de cooptação de votos pelo (a) Governador(a), seus assessores e familiares, em prol dos investigados à custa da influência política em função do cargo de Chefe do Poder Executivo.....	227
3.7 Exemplo da utilização da máquina administrativa municipal em prol da campanha dos investigados. Inauguração de bem público em	

pleno evento político eleitoral, com discurso em que se utiliza obras públicas para favorecer a campanha dos investigados	230
3.8 Propaganda irregular em favor dos investigados através de OUT-DOOR em nome do Governo do Estado, anúncio de obra pelo(a) Governador(a) como plataforma de campanha	231
3.9 Discursos, mensagens através do Carro de Som e a Carta Aberta à localidade muito populosa	231
3.10 Da utilização da “máquina” administrativa do Poder Executivo do Estado	238
3.10.1 Abuso do Poder Econômico e Político através da utilização indevida da máquina pública estadual e da influência que sua gestão produz.....	241
3.10.1.1A nomeação de parente de político tradicional ligado ao grupo político para consolidar o apoio aos investigados, evitando apoio à candidatura adversária	241
3.10.1.2Da utilização indevida dos aviões do Estado.....	260
3.10.1.3Do uso abusivo da condição de Governador(a): a propaganda eleitoral ilícita em prol dos investigados como meio de abuso político a partir do exercício do cargo	269
3.11 Da utilização do aparato funcional, financeiro e administrativo do município	281
3.11.1 Considerações iniciais	281
3.11.2 Da reunião eleitoral ilícita flagrada pela equipe de fiscalização da Justiça Eleitoral	282
3.11.3 Das promessas de campanha da investigada que se convertem imediatamente em prática e/ou projetos anunciados da prefeitura de	291
3.11.4 Da utilização de recursos públicos para realização de eventos do município com a distribuição de fardamento nas cores de campanha da candidata investigada.....	297
3.11.5 Da realização de propaganda institucional irregular durante o período eleitoral – a ilícita propaganda “longa vida”.....	301
3.11.6 Do uso de servidores públicos em horário de expediente para realização de campanha em favor dos investigados	311
3.11.7 Da celebração de convênios com associações rurais em período vedado.....	322
3.11.8 Da suspensão de salários de servidores para coação eleitoral	325
3.12 Do patente uso da máquina estatal para feitura de poço em comunidade pobre e região seca do Estado com fins eleitoreiros	329

4

ABUSO DE PODER ECONÔMICO..... 341

- 4.1 Considerações iniciais sobre o referido abuso e a AIME (Ação de Impugnação de Mandato Eletivo)..... 341
- 4.2 Promessas e Doações realizadas em prol dos investigados/impugnados – utilização excessiva de recursos econômicos e políticos com a finalidade de criar situações favoráveis à eleição dos primeiros investigados – corrupção político-eleitoral 372
- 4.3 Do abuso de poder econômico praticado no contexto da prestação de contas dos investigados 391
 - 4.3.1 Da não informação correta do valor de mercado de aluguel de veículos tipo Hilux 391
 - 4.3.2 Da não informação do uso de helicóptero na campanha e a sua devida contabilização..... 395
 - 4.3.3 Da doação por Colégio pertencente a grupo educacional que recebe subvenção pública 404
 - 4.3.4 Das doações de pessoas jurídicas que não têm atividade relacionada com o bem ou serviço doado e que não condizem com o valor de mercado 406
 - 4.3.5 Da alteração do limite de gastos no decorrer da campanha e superação do valor informado..... 411
 - 4.3.6 Contratação de despesas após a data das eleições..... 414
 - 4.3.7 Quanto à tentativa de ligar a prestação de contas dos investigados e a do Comitê Financeiro do PR (Partido da República) como se fosse somente uma..... 417
 - 4.3.8 Quanto à omissão de receitas/despesas na realização de comícios 420
 - 4.3.9 Incoerências quanto aos contratos de locações de veículos..... 422
 - 4.3.10 Da patente omissão de várias doações feitas ao comitê financeiro em sua própria prestação de contas..... 424
 - 4.3.11 Outros casos de despesas realizadas após as eleições e não contabilizadas 429
 - 4.3.12 Da total disparidade de valores informados na prestação de contas em relação a gastos com veículos, combustível e motorista 442
 - 4.3.13 Da omissão das despesas quanto ao Gerador de energia para movimentações políticas 448

4.4. Da patente omissão de má-fé de gastos com confecção de bandeiras com uso de CPF de antigo fornecedor.....	449
4.5 Da presença de um famoso cantor de renome nacional sem a devida contabilização	463

5

ABUSO DE PODER NO USO INDEVIDO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 467

5.1 Considerações iniciais sobre a temática e a influência marcante de tal tipo de abuso no processo eleitoral hodiernamente.....	467
5.2 Da massificação do nome de candidato a prefeito através de grupo de comunicação de televisão, rádio e jornal de sua família.....	484
5.3 Do abuso do poder midiático amparado pela máquina estatal do Estado e do Município.....	536
5.3.1 Da utilização dos jornais escritos e a devida repercussão na internet.....	536
5.3.2 Das Rádios e da TV que instrumentalizam a campanha da candidata apoiada pela máquina pública	548
5.4 Abuso de poder na era da informação digital: considerações gerais.....	551
5.5 A inteligência artificial como vetor de abuso de poder midiático: potencialidade, intensidade e irreversibilidade	556
5.5.1. O Abuso de Poder Midiático e sua nova morfologia tecnológica	556
5.5.2.A Soberania Popular como pressuposto constitucional ameaçado	560
5.5.3.A Pós-Verdade como ambiente estrutural: O solo fértil do Abuso Midiático Algorítmico	561
5.5.4.A Taxonomia do abuso midiático algorítmico: formas de manifestação	562
5.5.5.A Intensidade do Abuso: Por que a IA representa um salto qualitativo	563
5.5.6.A Irreversibilidade: O traço mais grave e o desafio central	564
5.5.7.O marco regulatório: Avanços, limites e a lacuna Legislativa.....	565
5.5.8.A tensão constitucional e o ponto de equilíbrio.....	566
5.5.9.O papel do Juiz Eleitoral: Poder de polícia, hermenêutica e capacitação Técnica.....	567

5.5.10 A soberania popular como metanorma hermenêutica do abuso midiático algorítmico	568
---	-----

6

A FAMIGERADA COMPRA DE VOTOS (CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO)	571
6.1 Considerações teóricas sobre a temática	571
6.2 Da troca de votos por sacos de cimento	592
6.3 Da Captação Ilícita de Sufrágio através da distribuição de dinheiro em espécie.....	604

7

PRÉ-CAMPANHA E ABUSO DE PODER: UMA JUNÇÃO BOMBÁSTICA!	623
7.1 Vale tudo na pré-campanha?	623
7.2. E agora, basta não pedir voto explicitamente e pode tudo?.....	626
7.3. Quais são os atos considerados lícitos na pré-campanha? E agora pode se falar de pré-candidatura em quais situações?.....	627
7.4. Pré-campanha: será que temos condições de definir, juridicamente, com precisão, a figura do pré-candidato?.....	629
7.5. Os pré-candidatos podem na pré-campanha ter contato com o povo?	632
7.6. Pré-campanha: qual dificuldade de se valorizar os partidos políticos? O que devemos fazer para que nossos políticos deem mais atenção aos partidos políticos que fazem parte?	636
7.7. Pré-campanha: Por que os filiados dos partidos políticos não decidem nada? Qual a relação disso com propagandas irregulares? E os detentores de mandatos, não podem divulgar nada nesse período? A efetiva democracia não teria como pressuposto uma prévia discussão de ideias e escolhas feitas pelos filiados dos partidos políticos?.....	639
7.8. Pré-campanha: Por que é tão difícil cumprir a lei? Será que esta foi feita para ser descumprida? As movimentações, nesse período, são feitas como se a campanha já tivesse começado!	642
7.9. Pré-campanha: o eleitor tem limites quanto à sua participação nesse momento? O pré-candidato já pode abordá-lo?.....	647

7.10. Pré-campanha: Não pode pedir voto, mas pode pedir apoio político. Como fazer essa distinção na prática? Se as prévias partidárias não acontecem como previsto na legislação, por que a preocupação em vedar sua transmissão?.....	651
7.11. Pré-campanha: É razoável desnaturar o sentido da lei, formalizando o instituto? Como vai ocorrer o controle de receitas e gastos nesse período? Como o eleitor vai entender um pedido de apoio político nessa fase do processo eleitoral? Será que pode ser um pedido de financiamento nesse novo estilo de vaquinha virtual?	655
7.12. Pré-campanha: A correta compreensão da vaquinha eleitoral. Tem que haver envolvimento? A possibilidade de financiamento coletivo significa autorização para adiantamento da campanha?	659
7.13. É razoável que as publicações em geral do Poder Público cessem em época eleitoral? Como compatibilizar a vedação natural pela questão cultural e o direito à informação da cidadania nesse período? O perfil pessoal e o institucional. Distinções	665
7.14. Pré-campanha, ponderações finais: podemos compreender como individualização das futuras candidaturas?.....	671
7.15. Conclusões: o que ficou e o que ainda falta	683
RESOLUÇÃO Nº 23.478.....	687
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	691